

## **Educação financeira e consumo consciente em universitários de baixa renda: evidências do Programa Bolsa Permanência no Instituto Três Rios da UFRRJ**

Graziele Oliveira da Rocha<sup>1</sup>  
Pablo Miranda Guimarães (UFRRJ)<sup>2</sup>  
Tatiana Ladeira Vidal (UFRRJ)<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar o nível de educação financeira e as práticas de consumo consciente entre estudantes beneficiários da assistência estudantil em universidade pública do interior do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa fundamenta-se na premissa de lacunas de formação e conhecimentos a respeito da gestão das finanças pessoais, bem como a adoção de práticas de consumo sustentável entre os discentes, que enfrentam restrições socioeconômicas. Para alcançar o objetivo proposto, foi conduzida uma pesquisa de caráter quantitativo, baseada em dados primários obtidos por meio de 55 questionários a estudantes do Programa Bolsa Permanência no período de março a abril de 2023. Os resultados indicam que 56,4% dos respondentes apresentam nível intermediário de conhecimento financeiro e 46,3% utilizam a poupança como principal forma de reserva monetária. Observou-se ainda que 65,4% demonstraram disposição para pagar mais por produtos sustentáveis, embora tal predisposição seja condicionada por restrições financeiras. Conclui-se sobre a persistência dos desafios referentes ao planejamento financeiro e à efetiva atuação de práticas de consumo consciente, o que evidencia a necessidade de intervenções educativas voltadas ao fortalecimento da literacia financeira e ao estímulo de comportamentos de consumo sustentáveis.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira; Assistência Estudantil; Universitários

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - [grazielesouza156@gmail.com](mailto:grazielesouza156@gmail.com)

<sup>2</sup> Instituto Três Rios/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ) - [pablomguima@ufrj.br](mailto:pablomguima@ufrj.br)

<sup>3</sup> Instituto Três Rios/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ) - [tatiana.vidal@ufrj.br](mailto:tatiana.vidal@ufrj.br)

## 1. Introdução

A crise financeira global de 2008, conhecida como crise do *subprime*, evidenciou a vulnerabilidade dos sistemas econômicos e a necessidade de fortalecer a educação financeira como mecanismo de prevenção e resiliência. No Brasil, esse tema ganhou relevância ao ser institucionalizado como política pública por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, revogado pelo Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), com o propósito de disseminar conhecimentos e práticas financeiras entre diferentes segmentos sociais (Brasil, 2020). No cenário internacional, relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforçam a importância da educação financeira na difusão de atitudes responsáveis e na mitigação de crises de endividamento, sobretudo entre jovens (OCDE, 2017).

Esse público, em particular, revela maior vulnerabilidade devido à falta de experiência na gestão dos próprios recursos, à influência de um consumo cada vez mais estimulado e ao acesso facilitado a linhas de crédito. Como assinala França (2011), a etapa da graduação universitária é decisiva nesse processo, pois os estudantes tendem a direcionar sua renda para necessidades imediatas, em detrimento do planejamento de longo prazo. Essa situação se intensifica no caso de universitários de baixa renda, para os quais a inserção no sistema financeiro, mediada pelo crédito, muitas vezes ocorre de forma desestruturada.

A literatura aponta a educação financeira como um instrumento capaz de estimular comportamentos de consumo mais responsáveis e equilibrados. Messias, Silva e Silva (2015), ao investigarem jovens universitários, identificaram que a alfabetização financeira contribui tanto para o consumo consciente quanto para o equilíbrio orçamentário ao longo dos anos. Esse aspecto é particularmente relevante para os beneficiários da Bolsa Permanência, que vivenciam restrições financeiras e precisam conciliar demandas de estudo, subsistência e consumo em um cenário de vulnerabilidade socioeconômica.

Num contexto marcado pela complexidade das decisões financeiras e pela crescente pressão por práticas de consumo sustentáveis, compreender a relação entre educação financeira e consumo consciente adquire relevância acadêmica, social e prática. A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre como jovens universitários de baixa renda, atendidos por políticas públicas de permanência, lidam com o planejamento de suas finanças e com as escolhas de consumo.

Particularmente no caso de alunos do curso de Administração, esses se deparam com conteúdos relacionados a finanças, porém sob uma abordagem organizacional, sendo possível, em alguns momentos, extrapolá-la para os aspectos de finanças pessoais. Assim, com o objetivo de compreender os padrões de comportamento financeiro e de consumo, evidenciando tanto as competências adquiridas na graduação quanto as lacunas de conhecimento existentes, foi realizado estudo junto aos beneficiários do Programa Bolsa Permanência do curso de Administração do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). De forma complementar, também explorou-se percepções sobre a importância da

educação financeira e as principais dificuldades enfrentadas pelos participantes na gestão de seus recursos pessoais.

O presente trabalho, adicionalmente à essa seção, conta com mais quatro seções, em que são abordados a fundamentação teórica do estudo, metodologia, análise de resultados e discussão, e conclusão.

## **2. Fundamentação teórica**

### *2.1. Educação e Alfabetização Financeira*

A educação financeira vem sendo reconhecida, nas últimas décadas, como um elemento essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Em âmbito internacional, a educação financeira tem uma abordagem baseada em um processo pelo qual os indivíduos ampliam a compreensão sobre conceitos e produtos financeiros, fortalecendo sua capacidade de tomar decisões informadas, avaliar riscos e melhorar o bem-estar financeiro (OCDE, 2020).

A alfabetização financeira, também chamada de *financial literacy*, é um conceito associado, mas distinto da educação financeira. Para Vitt *et al.* (2000), trata-se da capacidade de buscar e avaliar informações relevantes para tomar decisões conscientes sobre finanças pessoais, considerando suas consequências. Já Remund (2010) enfatiza que a alfabetização financeira envolve tanto a compreensão de conceitos básicos quanto a habilidade de aplicá-los em decisões de curto e longo prazo. De forma complementar, Potrich, Vieira e Kirch (2015) a definem como a combinação entre conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para alcançar o bem-estar financeiro. Estudos recentes reforçam essa perspectiva ao apontar que a alfabetização financeira é multidimensional, englobando conhecimento e prática, e deve ser analisada como processo contínuo de aprendizagem (Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024).

Embora próximos, os conceitos apresentam distinções relevantes, pois enquanto a alfabetização financeira refere-se à aquisição de conhecimentos básicos e habilidades, a educação financeira está relacionada ao processo educativo e social mais amplo, que possibilita a aplicação desses conhecimentos no cotidiano (Lopes *et al.*, 2014; Cravo *et al.*, 2025). A falta de clareza conceitual pode comprometer a formulação de políticas públicas, tornando necessária uma abordagem integrada que diferencie, mas também articule os dois termos.

Um levantamento conduzido pela Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE em 14 países demonstrou relação positiva entre educação financeira e renda familiar, evidenciando que a baixa literacia financeira compromete a capacidade de tomada de decisão e acentua desigualdades. Nesse contexto, iniciativas que ampliem o acesso ao conhecimento financeiro entre populações vulneráveis são fundamentais para reduzir riscos de endividamento e melhorar a qualidade de vida (Atkinson; Messy, 2012; OCDE, 2023).

A literatura destaca que indivíduos com maior nível de literacia financeira tendem a poupar e investir mais, o que contribui não apenas para sua estabilidade pessoal, mas também para o fortalecimento da economia nacional (Cravo *et al.*, 2025; OCDE, 2023). No Brasil, contudo, persistem desafios relacionados à baixa poupança e ao alto índice de endividamento, fatores

estes que evidenciam a necessidade de programas educacionais mais eficazes (SPC Brasil; CNDL, 2023).

No contexto brasileiro, administrar orçamento, dívidas e consumo continua sendo um desafio, agravado por fatores estruturais e macroeconômicos que contribuem para níveis elevados de inadimplência (BCB, 2024). Esse cenário reforça a urgência de fortalecer iniciativas de alfabetização e educação financeira que capacitem os cidadãos a lidar com decisões financeiras cada vez mais complexas.

## *2.2. Educação Financeira e Universitários*

A literatura internacional evidencia que os jovens adultos apresentam níveis reduzidos de educação financeira, mostrando que menos de 30% desse grupo compreende conceitos básicos como juros, inflação e diversificação de risco (Lusardi; Mitchell; Curto, 2010). No Brasil, essa tendência se mantém, apontado que muitos universitários enfrentam dificuldades na gestão de recursos em função da facilidade de acesso ao crédito e das elevadas taxas de endividamento (Da Luz; Santo; Junger, 2020; Laureano; Mendes; Mattos, 2019). Essa vulnerabilidade pode ser observada nos índices de inadimplência da população jovem. Segundo Serasa Experian (2024), a população brasileira entre 26 e 40 anos representa 34,2% do total de inadimplentes, destacando o baixo nível de conhecimento quanto à literacia financeira desse público.

Existem evidências que sugerem que estudantes de cursos da área de ciências exatas tendem a apresentar maior domínio em relação à gestão financeira, em virtude da presença de disciplinas que desenvolvem habilidades quantitativas (Leal; Santos; Costa, 2020). Contudo, a realidade da maior parte dos universitários é marcada por restrições orçamentárias, o que dificulta a criação de reservas financeiras e a prática de investimentos (Robb; Sharpe, 2009; Gans *et al.*, 2016).

Resultados também indicam diferenças de comportamento por gênero: alunas tendem a demonstrar maior predisposição ao planejamento dos gastos e ao hábito de investir, em comparação aos estudantes do gênero masculino (Laureano; Mendes; Mattos, 2019). Rodrigues, Freitas e Freitas (2024) corroboram com a afirmação, ao relacionar a literacia financeira com variáveis sociodemográficas, destacando maior vulnerabilidade entre jovens mulheres de baixa renda.

Adicionalmente, Amadeu (2009) observou que estudantes veteranos, mais expostos a disciplinas relacionadas à área financeira, apresentam maior conhecimento em gestão de recursos do que os ingressantes. Esse resultado reforça a ideia de que o contato acadêmico com conteúdos de educação financeira contribui para atitudes mais responsáveis em relação ao uso do dinheiro.

De modo geral, a inserção de temas de educação financeira no ensino superior tem potencial de transformar não apenas a vida pessoal dos estudantes, mas também seu futuro profissional. Conhecimentos adquiridos durante a formação universitária tendem a se refletir em práticas de

gestão mais conscientes, favorecendo o bem-estar financeiro e a redução da vulnerabilidade ao endividamento (Cravo *et al.*, 2025; SPC Brasil; CNDL, 2023).

### *2.3. Vulnerabilidade Social e Assistência Estudantil*

O conceito de vulnerabilidade social é relativamente recente na literatura, com maior destaque a partir do início do século XXI. Embora não exista definição única e consolidada, o termo é entendido como uma ampliação do conceito de pobreza, incorporando não apenas a insuficiência de renda, mas também a exclusão de direitos básicos e de oportunidades sociais (Brandão; Brandão, 2023).

No Brasil, a definição de famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica está normatizada pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que instituiu o Cadastro Único para Programas Sociais. De acordo com esse critério, são consideradas famílias de baixa renda aquelas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos (Brasil, 2007). Esse parâmetro constitui referência central para a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à garantia de direitos básicos, como alimentação, moradia, transporte e educação, buscando assegurar condições mínimas de dignidade à população em desvantagem socioeconômica. Entre as iniciativas que se valem desses critérios, destacam-se aquelas voltadas ao acesso e, sobretudo, à permanência no ensino superior.

Nesse contexto, o principal instrumento de enfrentamento das desigualdades é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O PNAES busca democratizar as condições de permanência de jovens em instituições federais de ensino superior, reduzindo desigualdades sociais e regionais, minimizando taxas de evasão e promovendo inclusão social por meio da educação (Brasil, 2010). Estudos recentes confirmam a relevância do programa para assegurar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, funcionando como política essencial para reduzir desigualdades educacionais (Silva; Sampaio, 2022).

A adoção de ações voltadas para o corpo discente com vulnerabilidade socioeconômica enfatiza o papel estratégico da assistência estudantil para a permanência dos alunos nas universidades e conclusão de cursos superiores, especialmente entre os grupos mais fragilizados (Pinto, 2018; Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024).

### **3. Método de pesquisa**

Adotou-se uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, por permitir a análise de fenômenos sociais a partir de dados numéricos e sua interpretação por meio de técnicas estatísticas. Esse tipo de delineamento é amplamente utilizado em pesquisas em ciências sociais aplicadas, uma vez que possibilita organizar, sumarizar e interpretar informações de forma sistemática (Gil, 2019).

Foram coletadas informações de toda a população estudada, ou seja, dos 55 estudantes do curso de Administração do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ) beneficiários da assistência estudantil. A coleta de dados ocorreu entre 29 de março e 30 de abril de 2023, após realização de pré-teste do questionário, a fim de validar sua clareza e consistência. A participação dos estudantes foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado em três blocos: identificação sociodemográfica, questões sobre educação financeira e questões relativas ao consumo consciente. O questionário, disponibilizado via Google Formulários, foi elaborado com base em metodologias propostas pela OCDE (OCDE, 2020) e pelo Instituto Akatu (2021).

O questionário contemplou 30 questões, variando entre múltipla escolha, resposta única e escalas do tipo *Likert*. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando-se frequências absolutas e relativas, bem como medidas de tendência central (média), visando identificar padrões e características do grupo pesquisado. Essa abordagem permitiu descrever o perfil socioeconômico dos respondentes, avaliar seu nível de alfabetização financeira e verificar sua predisposição em relação ao consumo consciente.

#### **4. Resultados e Discussão**

A pesquisa identificou o perfil sociodemográfico dos 55 alunos do curso de Administração que responderam ao questionário considerando as variáveis: idade, gênero, ocupação, período acadêmico, tipo de auxílio estudantil recebido e renda mensal. O perfil predominante dos beneficiários é composto por jovens com idades entre 20 e 26 anos (83%), tendo como 21 anos a idade média. Em pesquisa análoga, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), apresentou a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) dos IFES, e a faixa etária predominante dos estudantes sendo de 18 a 24 anos, (76,2%) seguida por 6,8% com 25 anos ou mais. (ANDIFES, 2018). A idade média dos discentes na pesquisa foi de 24,43 anos, com pequena queda em relação à pesquisa de 2014, quando alcançou a maior média de todas as séries, com 24,54 anos. Assim, os resultados da presente pesquisa vão ao encontro com a pesquisa da ANDIFES (2018), indicando que o público-alvo do programa é o mesmo que o dos estudantes universitários brasileiros.

A maioria dos alunos pesquisados são mulheres (67,3%), matriculado nos períodos finais do curso (67,3% dos alunos no sétimo ou oitavo períodos). De acordo com a ANDIFES (2018), o ingresso de mulheres no ensino superior das universidades federais vem crescendo continuamente, chegando a 54,6%. O baixo número de respondentes matriculados em períodos iniciais do curso se justifica pelo fato de não terem sido abertos novos processos para assistência estudantil na instituição, especialmente nos anos de 2020 e 2021.

A inserção no mercado de trabalho mostra-se parcial, sendo que 34% atuam como empregados assalariados e 29,1% como estagiários e 12,7% alguma outra atividade remunerada, enquanto 20% encontram-se desempregados ou nunca trabalharam (3,6%). Esses dados corroboram com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023), ao destacar que, no trimestre de julho a setembro de 2023, 82,9% da população brasileira de 15 a 29 anos estava em atividades de estudo ou trabalho.

No que se refere à renda, observa-se que aproximadamente 40% dos alunos pesquisados vivem com menos de R\$ 1.302,00 mensais e quase metade (49,1%) situa-se na faixa de 1 a 1,5 salários mínimos (entre R\$1.302,00 e R\$1.953,00 em 2023), reforçando a dependência do auxílio estudantil para viabilizar a permanência acadêmica. Segundo dados da ANDIFES (2018) a maioria dos estudantes das universidades federais brasileiras (70,2%) têm renda mensal familiar per capita de até 1 salário mínimo, sendo a renda média de R\$ 640,00. A Tabela 1 sintetiza a frequência relativa das variáveis relacionadas idade, ocupação e renda por gênero.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência (n=55)

Variáveis	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)
<b>Faixa etária (20–26 anos)</b>	<b>29,8</b>	<b>53,2</b>	<b>83</b>
<b>Ocupação com Renda</b>	<b>41,6</b>	<b>47,2</b>	<b>75,8</b>
Empregados assalariados	13	21	34
Estagiários	12	17,1	29,1
Outros	3	7,9	10,9
Autônomos	0,6	1,2	1,8
<b>Desempregados ou Nunca Trabalharam</b>	<b>8</b>	<b>15,6</b>	<b>23,6</b>
Desempregados	7	13	20
Nunca trabalharam	1	2,6	3,6
<b>Renda mensal declarada</b>			
Menos de R\$1.302,00	16	24	40
R\$1.302,00 a R\$1.953,00	18	31	49
R\$1.953,00 a R\$2.424,00	4	6,9	10,9

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os valores repassados aos estudantes variam conforme o tipo de auxílio recebido, o valor do auxílio é estabelecido entre R\$250,00; para os auxílios transporte e moradia e R\$400,00 para o auxílio-alimentação e cada estudante pode receber até dois tipos de auxílios variados. O tipo de bolsa mais recorrente é a combinação alimentação e transporte (43,6%), destinada a cobrir despesas básicas, mas ainda insuficiente diante das demandas financeiras dos estudantes.

Assim, 21,8% são assistidos com os auxílios moradia e alimentação (R\$650,00), 16,4% dos assistidos recebem apenas o auxílio transporte R\$ 250,00, 12,7% destes recebem auxílio alimentação no valor R\$ 400,00, e apenas 5,5% recebem somente o auxílio moradia no valor de R\$ 250,00, distribuição essa ilustrada pela Figura 1. Esse cenário evidencia o papel estratégico da Assistência Estudantil como fator de sustentação da trajetória universitária,

ressaltando sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e para a permanência de jovens de baixa renda no ensino superior público.

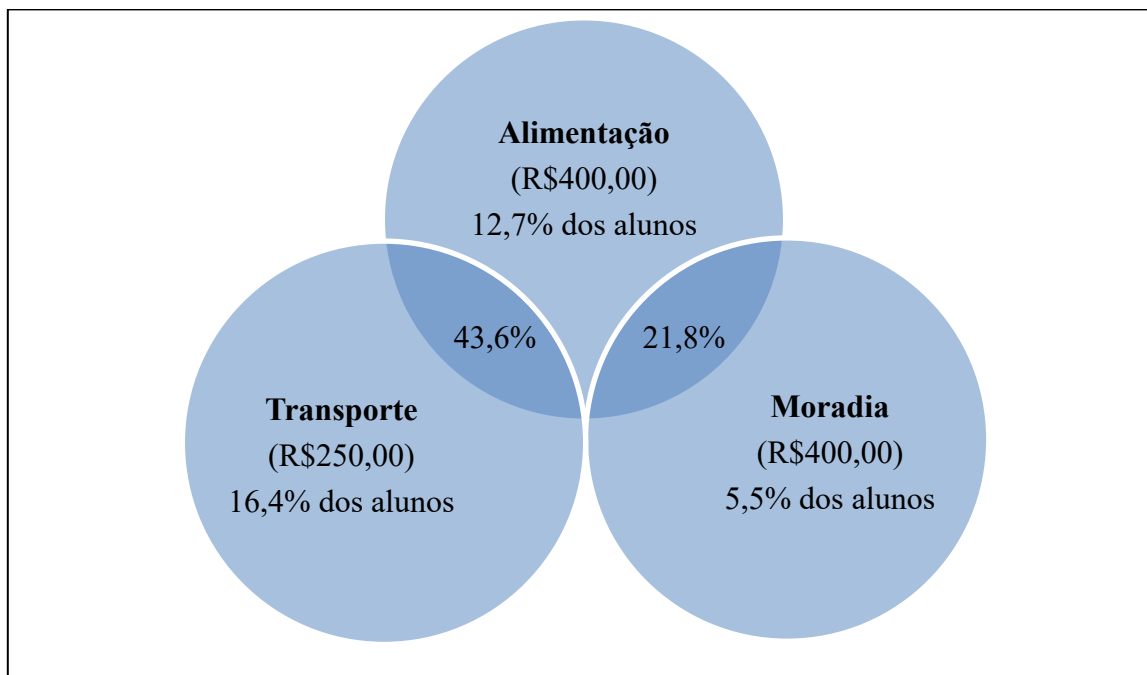


Figura 1. Distribuição dos auxílios de assistência estudantil.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em suma, considerando todas as variáveis levantadas e uma média dos resultados, o perfil dos assistidos representativo é: um público feminino (67,3%), entre 20 e 26 anos (54%), predominantemente cursando entre o 7º e o 8º períodos do curso de Administração (67,3%), que possuem ocupação de empregados assalariados (34%), e que têm uma renda maior que R\$ 1.302,00 e menor que R\$ 1.953,00 (49,09%), incluindo o valor do auxílio, para se sustentarem.

Com relação às questões sobre o conhecimento de educação financeira dos respondentes, os resultados mostram que a maior parte dos estudantes apresenta um nível intermediário de conhecimento em educação financeira, e poucos afirmam ter domínio elevado sobre o tema. Esse resultado confirma os apontamentos da literatura, que destacam as dificuldades nesse público, indicando que mesmo com programas de incentivo, ainda existem grandes lacunas na preparação financeira dos jovens universitários (Roquette; Laureano; Botelho, 2014; Cravo *et al.*, 2025).

No que tange à reserva de emergência, a maioria dos estudantes declarou que não conseguiria manter o padrão de vida por mais de dois meses caso perdesse a renda (60%), confirmando a fragilidade do planejamento financeiro entre jovens, como apontado em estudos recentes sobre endividamento universitário (Abreu; Delfino; Araújo, 2024). A literatura reforça que criar uma reserva depende de um planejamento consistente e de conhecimentos básicos de finanças pessoais (Gonçalves; Ponchio, 2018).

Sobre os investimentos ou aplicações financeiras, mais da metade dos estudantes (57,7%) afirma aplicar parte da renda, sendo poupança e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) as principais modalidades (29,1%), seguido por investimentos em ações (23,6%). A escolha pela poupança mantém a tradição brasileira de buscar um investimento de baixo risco e fácil acesso (Assaf Neto, 2012). No entanto, chama atenção que alguns já investem em ações, mesmo sem ter domínio de conceitos essenciais, o que pode aumentar a exposição a riscos (Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024).

Os resultados obtidos se aproximam da afirmação de Assaf Neto (2012) que destaca a caderneta de poupança como modalidade de investimento mais tradicional do brasileiro, devido ao baixo risco e facilidade de gestão. Além disso, a maioria dos alunos não possui um nível de conhecimento financeiro satisfatório, o que pode influenciar na escolha de investimentos mais seguros, como a caderneta de poupança. Já o aumento de investimentos em ações, de acordo com Piazza (2015), acontece devido à possibilidade de compras e vendas de ativos por meio da internet, fazendo uso de *softwares* específico, facilitando a realização de operações no mercado financeiro. Esses resultados chamam atenção, por ter mais respondentes que fazem aplicações financeiras (maior risco) do que fazem uma reserva de emergência (minimização de riscos) e garantia de estabilidade financeira em momentos de ausência de renda.

No que se refere ao comportamento de gastos, parte dos estudantes relatou consumir menos do que recebe (45,5%), porém sem adotar poupança de forma sistemática. Essa aparente contradição sugere falhas no controle do orçamento pessoal, fenômeno já identificado como problema global para a saúde financeira (Wisniewski, 2011). Adicionalmente, foi observado que uma parcela dos estudantes gasta mais do que recebe (12,7%), gerando assim dependência de crédito e aumentando o risco de endividamento. Essa situação vai ao encontro de que o baixo nível de educação financeira entre jovens está diretamente ligado ao risco de endividamento (Abreu; Delfino; Araújo, 2024; SPC Brasil; CNDL, 2023).

Além disso, dado o contexto apresentado anteriormente, quando questionados se já passaram ou estão passando por uma situação de endividamento, apenas 10 respondentes (18,18%) declararam que é uma situação recente, que nunca havia passado, mas atualmente encontram-se endividados; enquanto 7,27% declaram que é uma situação recorrente, que já passaram e continuam em situação de endividamento. Do total analisado, 36,6% declararam que já passaram por uma situação de endividamento, mas atualmente este problema foi superado; por outro lado 38,18% declararam que nunca passaram e não estão endividados atualmente. O endividamento declarado está, de certa forma, sob controle

Outro aspecto relevante refere-se à alocação de renda, em que muitos estudantes destinam mais da metade de seus recursos apenas para despesas fixas (61,8%), em desacordo com recomendações clássicas de planejamento, que sugerem reservar um terço para gastos fixos, outro para variáveis e o restante para poupança (Fortuna, 2005). Esse desequilíbrio prejudica a possibilidade de guardar dinheiro e compromete a estabilidade financeira futura.

A pesquisa destaca o uso generalizado do cartão de crédito. De acordo com as respostas das questões, o cartão de crédito é o meio de pagamento mais utilizado nas compras a prazo, A reforçando os achados de Ferreira *et al.* (2018), Rossato, Pinto (2020) e Silva e Sampaio (2022). A maioria afirma pagar a fatura integralmente, estratégia para evitar inadimplência. Porém, ainda existem relatos de estudantes com dificuldade em controlar o uso e o excesso de parcelamentos. Pesquisas atuais mostram que o cartão de crédito é o principal meio de parcelamento no Brasil, mas também a maior causa de endividamento das famílias (SPC Brasil; CNDL, 2023; BCB, 2024). A OCDE (2020) reforça que o uso inadequado do crédito está associado ao consumo impulsivo e à falta de planejamento, ampliando riscos de inadimplência.

De modo geral, os resultados sugerem que, mesmo quando os estudantes demonstram algum esforço em organizar os gastos e poupar, ainda predominam fragilidades na gestão financeira. A combinação de práticas positivas, como investir ou tentar controlar despesas, com comportamentos de risco, como o uso excessivo do parcelamento, mostra que o nível de literacia financeira é insuficiente. Esse achado reforça a importância de políticas e ações educativas voltadas para universitários de baixa renda, de modo a ampliar seus conhecimentos financeiros e reduzir a vulnerabilidade ao endividamento (Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024; Abreu; Delfino; Araújo, 2024; OCDE, 2020).

A pesquisa evidencia como resultado que a maior parte dos entrevistados planeja suas compras, sendo que 80% afirmaram organizar sempre ou quase sempre o consumo, e 83,6% declararam refletir sobre a real necessidade do bem antes da aquisição. Esse comportamento sugere uma preocupação inicial com práticas de consumo mais responsáveis. Contudo, alternativas como trocar, alugar ou pegar emprestado permanecem pouco exploradas, já que 80% dos estudantes relataram raramente ou nunca adotar essas opções.

Quanto à influência social, 89% dos respondentes afirmaram não se sentir estimulados a consumir em função de modismos ou da comparação com amigos. Esse dado aproxima o perfil do grupo do conceito de consumidor responsável, caracterizado por maior autonomia nas escolhas de mercado (Gupta; Acharya, 2019).

Nos aspectos socioambientais, 65,4% dos estudantes demonstraram uma maior disposição a pagar por produtos ambientalmente conscientes, ainda que essa intenção seja limitada por restrições financeiras. Esse dado mostra que, embora haja uma sensibilidade dos agentes econômicos por questões de sustentabilidade, a adoção de práticas de consumo responsável está condicionada efetivamente a capacidade econômica (Instituto Akatu, 2021; SPC Brasil; CNDL, 2023). Esse cenário dialoga com relatórios da OCDE (2022), que mostram que jovens de diversos países reconhecem a relevância da sustentabilidade, mas a adoção de produtos sustentáveis é restringida pelo custo adicional.

Apesar da sensibilidade declarada, o consumo consciente ainda não se consolida de forma efetiva entre os estudantes analisados. Cerca de 30,9% afirmaram nunca considerar o fator ambiental em suas compras, enquanto 27,2% raramente o fazem. Além disso, 69% nunca mobilizaram amigos ou familiares para abandonar produtos prejudiciais ao meio ambiente. Essa distância entre intenção e prática é recorrente em grupos de baixa renda e tem sido identificada

como um desafio global para a promoção de hábitos de consumo sustentáveis (Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024; OCDE, 2023).

Portanto, embora parte dos estudantes manifeste interesse em alinhar suas escolhas à sustentabilidade, não é possível classificá-los como consumidores plenamente conscientes. O consumo consciente envolve não apenas decisões individuais, mas também mobilização coletiva e compromisso com impactos sociais e ambientais mais amplos (Instituto Akatu, 2021; OCDE, 2023). No caso dos beneficiários da assistência estudantil, os resultados evidenciam que a vulnerabilidade financeira é o fator determinante que condiciona e limita a prática de hábitos sustentáveis.

## 5. Conclusões

O presente estudo analisou o comportamento financeiro e as práticas de consumo consciente dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil do curso de Administração do Instituto Três Rios da UFRRJ. Foram examinados o perfil socioeconômico desses alunos, o nível de educação financeira dos discentes, sua relevância na gestão dos recursos próprios e a forma como esses conhecimentos se relacionam com escolhas de consumo mais sustentáveis.

Os resultados revelaram um perfil majoritariamente feminino, com estudantes jovens e renda situada entre um e um salário mínimo e meio. A maioria dos alunos apresentou conhecimento financeiro intermediário, evidenciando lacunas na alfabetização financeira, diagnóstico já identificado em pesquisas nacionais sobre a fragilidade financeira entre universitários (Rossato; Pinto, 2019).

No que se refere ao comportamento financeiro, observou-se que grande parte dos estudantes não mantém reservas de emergência e compromete boa parte da renda com despesas fixas. Em caso de perda de renda, 60% afirmaram não conseguir sustentar seu padrão de vida por mais de dois meses, um quadro que confirma diagnósticos nacionais e internacionais sobre a vulnerabilidade econômica da população jovem (Cravo *et al.*, 2025; OCDE, 2023). Destaca-se o uso do cartão de crédito e recorrência de parcelamento sem planejamento reforça a falta de autonomia financeira, ampliando o risco de endividamento.

A principal contribuição do estudo consiste em evidenciar o comportamento e conhecimento financeiro dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência de uma universidade pública federal do interior do estado do Rio de Janeiro, cuja condição de vulnerabilidade econômica, somada ao apoio institucional recebido, apresenta características pouco exploradas na literatura nacional. Essa combinação torna o grupo particularmente relevante para compreender a interação entre educação financeira, consumo consciente e políticas de assistência estudantil.

O estudo apresenta limitações, como a restrição da amostra a estudantes de Administração de apenas um campus da Universidade, assim como o uso de questionário autoaplicável, que pode caracterizar vieses de interpretação das perguntas. Pesquisas futuras podem ampliar a amostra para outros cursos e instituições, além de empregar métodos de análise inferencial que permitam

compreender de forma mais robusta a relação entre conhecimento financeiro e práticas de consumo.

Em síntese, mesmo analisando-se estudantes do curso de Administração que, em sua maioria, já tiveram contato com disciplinas da área de finanças, a alfabetização financeira dentre os beneficiários permanece insuficiente, embora identificados alguns comportamentos responsáveis. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas e intervenções educativas que fortaleçam a autonomia financeira, ações universitárias voltadas à implementação de conhecimento financeiro para os discentes, além de promoção de ações que incentivem o planejamento e adoção de práticas de consumo sustentável. Essa demanda tem sido reiterada não apenas por estudos nacionais, mas também por organismos internacionais, como a OCDE (2023), que alerta para o baixo nível de literacia financeira de jovens brasileiros em avaliações internacionais.

## Referências

ABREU, Chrystyane; DELFINO, Gabriel Mattza; ARAUJO, Fernando Oliveira de. Alfabetização financeira no ensino superior: uma análise do nível de conhecimento de alunos e a contribuição da instituição. **Ciência & Educação**, v. 30, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320240029>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/BxK7YjtFqB6hkCxVdS9SSHP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://btdt.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/820/1/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

ANDIFES. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study. 2012. DOI: <https://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2012/03/measuring-financial-literacy\\_g17a210b/5k9csfs90fr4-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2012/03/measuring-financial-literacy_g17a210b/5k9csfs90fr4-en.pdf). Acesso em: 16 set. 2025.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária. Brasília: Banco Central, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRANDÃO, Leandro Marcus; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Juventude em Vulnerabilidade Social: uma Análise na Perspectiva dos Direitos Humanos. **Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI**, capítulo 43, p. 498-514, 2023. DOI: 0.55232/1085002.43. Disponível em: [https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2023/02/capitulo-livro-humanas\\_jan-43.pdf](https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2023/02/capitulo-livro-humanas_jan-43.pdf). Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Casa Civil, 19 e julho de 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 13 jun. 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Brasília, DF: Executivo, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm). Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 27 de Junho de 2007. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6135&ano=2007&ato=9a1kXQU9ENRpWT39a>. Acesso em: 2 maio 2024.

CRAVO, Larissa Barreto *et al.* Educação financeira como ferramenta para o desenvolvimento de um planejamento financeiro pessoal eficiente. **Revista Foco**, v. 18, n. 3, p. 1-22, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-027. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7942/5621>. Acesso em: 16 set. 2025.

DA LUZ, Jefferson Oliveira Cristovão; SANTO, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes; JUNGER, Alex Paubel. Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino médio na cidade de São Paulo. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 3, p. 199-211, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37885/230211975>. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230211975.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Assistência estudantil na educação superior: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. **Revista de Políticas Públicas**,

v. 22, p. 579-592, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp579-592>.

Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9800/5755>. Acesso em: 16 set. 2025.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida. **Boletim Técnico do Senac**, v. 37, n. 2, p. 49-60, 2011. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/193/175>. Acesso em: 16 set. 2025.

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain *et al.* A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. Revista da FAE, v. 1, p. 93-102, 2016. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/407/291>. Acesso em: 16 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti. Quem pensa no futuro poupa mais? O papel mediador do conhecimento financeiro na relação entre orientação para o futuro e segurança financeira pessoal. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 4, p. 472-486, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/remark.v17i4.3789>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12450/6009>. Acesso em: 16 set. 2025.

GUPTA, Manish; ACHARYA, Anitha. Answering key questions on green consumption: A qualitative study among Indian youth. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 24, n. 4, p. e1661, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1002/nvsm.1661>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/nvsm.1661>. Acesso em: 16 set. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?edicao=42248>. Acesso em: 16 set. 2025.

INSTITUTO AKATU. **Consumo consciente**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://akatu.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LAUREANO, Antonia Ilânia Rodrigues; MENDES, Daniel Paiva; MATTOS, Sergio Horta. Educação Financeira: um estudo com os discentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior. Revista Expressão Católica, v. 8, n. 2, p. 79-91, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25190/rec.v8i2.3221>. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/3221>. Acesso em: 30 mar. 2024.

LEAL, Sara Costa; SANTOS, Dinah Vieira; COSTA, Patrícia. Perfil de educação financeira dos discentes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. e11134, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/23191/13520>, Acesso em: 16 set. 2025.

LOPES, Andressa Videira *et al.* Alfabetização financeira dos alunos dos cursos de Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis da FECAP. **Revista Linceu Online**, v. 4, n. 5, p. 53-71, 2014. Disponível em: [https://liceu.fecap.br/LICEU\\_ONLINE/article/view/1696/957](https://liceu.fecap.br/LICEU_ONLINE/article/view/1696/957). Acesso em: 16 set. 2025.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S.; CURTO, Vilsa. Financial literacy among the young. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x>. Acesso em: 16 set. 2025.

MESSIAS, José Flávio; SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Calderoni. Marketing, crédito & consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22567/rep.v4i1.232>. Disponível em: [https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/232/pdf\\_28](https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/232/pdf_28). Acesso em: 16 set. 2025.

OCDE. O papel da educação financeira na promoção do desenvolvimento sustentável. Paris: OCDE, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/financial-education.html#:~:text=Equipar%20as%20pessoas%20com%20conhecimento%20e%20habilidades,produtos%20sustent%C3%A1veis%2C%20t%C3%AAm%20implica%C3%A7%C3%B5es%20para%20as%20finan%C3%A7as>. Acesso em: 16 set. 2025.

OCDE. Recomendação do Conselho sobre Instrumentos Jurídicos da OCDE Alfabetização Financeira. Instrumentos Jurídicos da OCDE, 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/api/download/?uri=/public/3fa1d4e1-e147-46f4-83bc-d9d6615e066d.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

OCDE. Relatório de Educação Financeira: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2022. Paris: OECD, 2023. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i\\_53f23881-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i_53f23881-en.html). Acesso em: 16 set. 2025.

PIAZZA, Marcelo Cibim. **Bem-Vindo à Bolsa de Valores: O Guia Passo a Passo para Você Fazer Seu Primeiro Investimento Pela Internet**. 7 ed. Novo Conceito: [s.l.], 2015.

PINTO, Gisele. A política de permanência universitária sob o olhar dos estudantes: o caso da UFF. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30681/ecs.v8i1.3043>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8389/6469>. Acesso em: 16 set. 2025.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rcf/article/view/108787/107219>. Acesso em: 16 set. 2025.

REMUND, David L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>. Acesso em: 16 set. 2025.

ROBB, Cliff A.; SHARPE, Deanna L. College students and credit card use: The effect of personal financial knowledge on debt behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228350914\\_Effect\\_of\\_Personal\\_Financial\\_Knowledge\\_on\\_College\\_Students'\\_Credit\\_Card\\_Behavior#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/228350914_Effect_of_Personal_Financial_Knowledge_on_College_Students'_Credit_Card_Behavior#fullTextFileContent). Acesso em: 16 set. 2025.

RODRIGUES, André; FREITAS, Claudia Regina de; FREITAS, Claudio Luiz de. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 10, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i10.4353>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4353/2792>. Acesso em: 16 set. 2025.

ROQUETTE, Inês; LAUREANO, Raul M. S.; BOTELHO, Maria. Conhecimento financeiro de estudantes universitários na vertente do crédito. **Tourism & Management Studies**, v.10, n. esp., p. 129-139, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4788831.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Comportamento financeiro do estudante: avaliação da propensão ao endividamento. **ForScience**, v. 7, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.29069/forscience.2019v7n2.e650>. Disponível em: <https://forscience.ifmg.edu.br/index.php/forscience/article/view/650/282>. Acesso em: 16 set. 2025.

SERASA EXPERIAN. Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

SPC BRASIL; CNDL. Relatório de endividamento e uso do crédito. Brasília, 2023. Disponível em: <https://materiais.cndl.org.br/pesquisa-uso-do-credito-2023>. Acesso em: 15 jul. 2024.

VITT, Lois A. *et al.* Personal Finance and the Rush to Competence: Financial Literacy Education in the U.S. Washington, DC: Institute for Socio-Financial Studies, 2000. Disponível em: <https://www.isfs.org/documents-pdfs/rep-finliteracy.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, v. 6, n. 11, p. 155-170, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v6i11.32>. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/32/17>. Acesso em: 16 set. 2025.